

A JUSTIÇA RESTAURATIVA (MEDIÇÃO DE CONFLITOS) E A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO DE CASO NO FÓRUM DAS VARAS ESPECIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO PAULO - TJSP

Nome

Mariana Aparecida Da Silva

Orientadora

Maria Raimunda Chagas Vargas
Rodriguez

Instituição: Universidade Cruzeiro do Sul

Introdução

Desde 2006, o Tribunal de Justiça de São Paulo implantou o projeto de Justiça Restaurativa, mais especificamente no Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude, como forma de mediação e resolução de conflitos nos ambientes escolares, haja vista que as escolas passam por significativo aumento de casos de agressões, "bullying", vingança e crimes que demandam do sistema judiciário respostas adequadas. O objetivo deste projeto é contribuir para reduzir a violência, responsabilizando o adolescente pelas suas ações através da reflexão crítica sobre o sofrimento imposto à vítima. Esta pesquisa está vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas e Práticas Sociais com Famílias do Mestrado Acadêmico em Políticas Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul, vinculada à pesquisa geral intitulada: "Práticas Sociais com Famílias e Acesso a Direitos: a efetividade da política de assistência social na interface com a justiça da Infância e Juventude".

Objetivo

Estudar se os adolescentes que passaram por intervenção da Justiça restaurativa (mediação de conflitos) reincidiram em atos infracionais. Mensurar se nas escolas que fazem parte do projeto de Justiça Restaurativa (mediação de conflitos) houve redução dos índices de violência entre os adolescentes.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações, artigos científicos e pesquisa documental (Processos). Consulta de vinte (20) Processos Judiciais de adolescente que realizaram mediação de conflitos. Pesquisa de campo com duas diretoras e cinco alunos das escolas integrantes do projeto de Justiça Restaurativa, para identificar os impactos deste projeto na redução dos conflitos escolares.

Resultados

A pesquisa bibliográfica está em andamento, assim como a elaboração dos instrumentais para viabilizar o trabalho de campo, haja vista que as alunas participam do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas com Famílias da Unicsul.

Bibliografia

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) , Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.
BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) - Lei nº12.594 de 18 de janeiro de 2012.
SALES. Mione Apolinario. Indesejáveis, perigosos e sem direitos in Serviço Social e Sociedade 83, São Paulo: Cortez, 2010.
SALES. Mione Apolinário. Invisibilidade Perversa: São Paulo: Cortez, 2011.
Volpi, M. O Adolescente e o ato infracional. Cortez: São Paulo, Cortez, 2008.